

Política

CRISE

OS RISCOS DE UM PAÍS INGVERNÁVEL

O presidente José Sarney está preocupado, e muito, com os rumos que está tomando a Assembléia Nacional Constituinte. Em entrevista ao repórter Carlos Chagas, neste final de semana, ele apontou a possibilidade de o País ficar ingovernável depois de promulgada a Nova Constituição. Ele cita a aprovação de artigos capazes de inviabilizar a economia, de levar o Estado a ficar sem condições de cumprir suas finalidades e de inviabilizar também a sobrevivência das empresas privadas. Ele acusa os "radicais" por esse estado de coisas, radicais que ele admite serem minorias.

Para Sarney, a única forma de conter esses radicais é pela aplicação da lei, "porque não podem extrapolar e ficar acima dela". Diz ele que "não há instituto de inviolabilidade ou de imunidade parlamentar que justifique. Se os radicais criam um clima de confrontação, se quebram a harmonia dos poderes constituídos e instituídos, ficam contra a lei... Usam a violência e a coação contra o próprio Congresso. E contra atentados à liberdade, só a lei".

Indagado que lei seria essa, o presidente acena inclusive com as leis excepcionais: "Todas as leis que dizem respeito à defesa da ordem constitucional. Até a entrada em vigor da nova Constituição", lembra ele, "permanecem válidos os princípios da Constituição vigente, sem exceção, bem como a legislação complementar e ordinária dela decorrente". Para Sarney, a Constituinte é soberana e livre para redigir a nova Carta, mas não tem poderes para interferir no funcionamento das instituições.

Previsões

Sarney adverte que muitos dos artigos já votados e muitos outros a serem votados se enquadram nos mecanismos que levarão à obstrução da ação do Estado, tornando o País ingovernável e inviabilizando a economia. Em termos de infra-estrutura, por exemplo, ele indaga: "De que maneira continuar com projetos visando o bem-estar social, a ampliação e conservação da rede energética, da malha ferroviária e rodoviária, dos transportes e silos, se ficarão limitados e diminuídos os recursos provenientes de arrecadação? Pior será em matéria de segurança pública, com as dificuldades já estabelecidas para a prisão de criminosos e suspeitos".

As mudanças, ditadas pelos que ele chama de "radicais da Constituinte", pretendem levar o País ao caos, com o que eles imaginam desestabilizar os poderes constituídos e instituídos, mas se iludem, pois jamais serão os beneficiários da anarquia".

A esses radicais, Sarney dá um conselho: "Parem de ler o barão de Itararé e passem a ler a **Perestroika**, de Gorbachov". Isto porque, em sua opinião, estão totalmente ultrapassados a xenofobia, o nacionalismo e o populismo. "Não há lugar para demagogia no mundo moderno, a menos que se pretenda, com ela, criar a confusão e o assalto ao poder".

Esse é o grande temor do presidente Sarney, que cita como exemplo o "grevismo" atual, até mesmo em setores essenciais, como a recente greve da Polícia Militar de São Paulo. Lembra ainda que o governo federal gasta, hoje, com seu pessoal, quase tudo o que arrecada. E adverte que, se o funcionalismo público enveredar pelos caminhos da greve, em breve os aumentos de salários superarão a capacidade do Estado de arrecadar tributos e impostos. Neste caso, diz ele, não há outra saída senão emitir dinheiro ou tomar emprestado através de títulos públicos. E, em ambos os casos, significará não apenas aumento de inflação que atinge o trabalhador mas também "inevitáveis cortes que atingirão os grevistas e a população em geral".

Medidas nocivas

O presidente Sarney cita como nocivas e ameaçadoras as recentes medidas aprovadas pela Constituinte. Diz não entender como se pode conceder benefícios sem que se calcule os custos, não para as empresas em particular, mas para o País como um todo.

"A jornada contínua de seis horas será terrível para as indústrias, em especial têxteis e siderúrgicas. A concessão de oito dias de folga para os maridos das parturientes é um absurdo. Mais ainda os 120 dias para as gestantes." Sarney cita ainda o adicional sobre horas extras e os 30% a mais de salários quando o empregado tirar férias.

Lembra que tudo isso representa encarecimento da produção e prejuízo às exportações, num momento em que as negociações da dívida externa estão obtendo receptividade. Além disso, segundo ele, o salário e o emprego serão fatalmente postos em risco a partir de tais benefícios.

Mandato

O presidente da República garante também, e diz ter repetido isso mil vezes, que não está discutindo o problema do seu mandato. Só fala no assunto em função do projeto de transição democrática. Nunca irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal para questionar a duração do seu mandato, que cabe à Constituinte decidir se será de quatro ou cinco anos. O que lhe interessa é levar a bom termo o processo de transição.

Sarney acrescenta ainda que lhe parece que "adotamos o corporativismo, onde cada segmento social não se preocupa com o conjunto, mas com seus interesses, fórmulas e verdades. Se jogarmos em cima desse fenômeno uma Constituição irreal, que não funcione, será um desastre". E garante que não tem nenhum motivo para sair do PMDB, apesar de tudo.